



CONJUNTURA

Desemprego na classe A

Realizamos uma análise da evolução do desemprego nas classes de maior poder aquisitivo no difícil período 1996-1999. Uma vez que a renda familiar corrente é afetada diretamente pelo desemprego, optamos por utilizar um conceito de classe social mais independente da renda familiar corrente. As pesquisas de opinião realizadas freqüentemente embutem conceitos de classe social baseadas em medidas de acesso a bens de consumo. Utilizamos aqui, como indicador da classe A, o fato de o indivíduo pertencer a uma família com acesso aos seguintes bens incluídos no questionário da PNAD-IBGE: geladeira, televisão, freezer e máquina de lavar. Uma alternativa de classe A incluiria também a taxa de acesso à telefonia, mas o processo de expansão obtido no período pós-privatização superestima a medida.

Em 1999, cerca de 20,7 milhões de pessoas pertenciam à nossa definição arbitrária de classe A. Em primeiro lugar, cabe notar que este grupo da população cresce no país a uma taxa de 14,1% no período 1996-1999 contra 2,5% do conjunto total de população de acordo com a PNAD. Ou seja, a fase de crises externas não foi marcada pela estagnação ao acesso aos bens de consumo, pelo contrário. Nesse sentido o período recente pode ser caracterizado como uma crise de produtores, e não de consumidores. Analisando pelo lado dos produtores, a taxa de desemprego sobe no período 1996-1999 a taxas superiores na classe A (16% ao ano) do que para o conjunto total de classes (12,5% ao ano). Esta estatística para a classe A metropolitana sobe 19,5% ao ano. Estes resultados indicam que a crise de desemprego recentemente atingiu mais a classe A especialmente a metropolitana, do que os demais segmentos.

Dr. Marcelo Côrtes Neri – Instituto Brasileiro de Economia/FGV